

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte O Globo (R.S.) Class.: 317

Data 10 de Janeiro de 1981 Pg.: \_\_\_\_\_

**Comissão Pró-Índio faz crítica à emancipação**

SÃO PAULO (O GLOBO) — A diretora da Comissão Pró-Índio, advogada Maria Helena de Barros Pimentel, disse ontem que “a emancipação ex-officio dos índios representaria uma ingerência indevida do Governo na vida dos indígenas, com o objetivo imediato de afastar as lideranças das comunicações”.

Segundo Maria Helena, a Comissão Pró-Índio está tentando averiguar a veracidade das informações de que o Executivo estaria pretendendo reformular o Estatuto do Índio, “introduzindo um tipo de emancipação compulsória”.

— Mas, desde já — afirmou — a Comissão Pró-Índio é contrária a essa medida e a outras que pretendam resolver o problema indígena com a emancipação. Seria a mesma coisa que tentar solucionar a questão do menor reduzindo a faixa etária para a maioridade.

Na sua opinião, a emancipação deve ser decidida pelos próprios índios e não pelo Governo. E afirma que a Constituição não dá ao presidente da República poderes para promulgar um decreto-lei modificando o Estatuto do Índio, apenas “para legislar em casos de urgência ou de interesse público relevante, desde que não haja aumento de despesa e sobre matérias de segurança nacional, finanças públicas e criação de cargos públicos”.

Maria Helena lembra que há algum tempo o Governo vem tentando se desobrigar das funções de tutela e chegou a elaborar um projeto de emancipação que foi rechaçado.

— Agora o assunto voltou a ser abordado, sobretudo depois da ida do cacique xavante Mário Juruna a Holanda, onde participou do Tribunal Bertrand Russell, como presidente de honra. Isso, porém, demonstra desconhecimento dos fundamentos da tutela, que não deve ser encarada como uma espécie de paternalismo, mas como um reconhecimento dos direitos de povos que eram donos deste território.